Psicologia, política, organizações sociais - a construção de um imaginário psi

Ana Maria Jacó-Vilela
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
jaco.ana@gmail.com

Sergio Luis Braghini
Fundação Escola de Sociologia e Política-São Paulo, Brasil
braghini@fespsp.org.br

Diversos países da América Latina vivenciaram, na segunda metade do século XX, violentas ditaduras militares. Estas representavam, em sua quase totalidade, um caráter de aliança entre as forças militares destes países e o sistema econômico, com forte dependência da estrutura financeira internacional, naquele momento, dos Estados Unidos, líder do então "bloco capitalista", em contraposição ao "bloco comunista" representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os países de sua área de influência. As ditaduras latinas tinham, portanto, vinculação à ideologia capitalista, exercendo opressão, muitas vezes extrema, aos seus opositores. Tal opressão – começando pelos inicialmente mais visíveis e depois se espraiando por todos os cantos – é bem descrita na literatura dos diferentes países (cf, por exemplo, Gaspari, 2003; Gravito, 2007; Vallina, 2008).

A ditadura, assim, instaura um regime de governo em que cabe ao Estado a determinação dos pormenores da vida coletiva e individual. Para tanto, utiliza-se de instrumentos variados, desde legislação específica, passando pela criação de órgãos para a devida vigilância bem como da conformação dos meios de comunicação aos seus interesses. Criou também sistemáticas para lidar com os oponentes, desde a sua invisibilidade enquanto alternativa política no plano institucional (a restrição à existência de partidos políticos de oposição, pequena ou grande, ao regime), a censura às produções artísticas, culturais e acadêmicas (programas de rádio ou TV, livros, revistas, peças teatrais), o afastamento de seus oponentes dos órgãos vinculados ao Estado[1], a tortura sistemática daqueles considerados "inimigos do regime".

Como qualquer poder efetivo, a ditadura, em seu papel coercitivo, produziu coisas - vigiando, instaurou o medo e o cuidado no agir e no falar, criou modos de ser e compreender o outro.[2] Ela produziu, portanto, também psicologizações, por sua divulgação das práticas e saberes psicológicos e os transformando em parte do senso comum de explicação de si, dos outros, e da vida. A psicologia se tornou, efetivamente, uma ciência social, na expressão de Ross (1998).

Cabe então à psicologia (e seus saberes afins, como a psiquiatria e a psicanálise) explicar o mundo, conferindo-se aos seus profissionais, aqueles que constroem o saber psicológico, seja por meio do discurso acadêmico ou de suas práticas, um poder peculiar nestas circunstâncias.

Assim, é um raciocínio linear e óbvio considerar a total vinculação da psicologia à ditadura. À constatação de opressão pelo Estado e da utilização dos saberes e práticas psicológicas como consequencias/justificativas desta opressão, conclui-se que tais saberes e práticas foram "cúmplices", "aliados" daquela opressão, ao nível tanto das teorias quanto das práticas dos profissionais.

Se concordamos com esta perspectiva - afinal, a psicologia se tornou uma "ciência social", como Ross afirmou - parece-nos que esta não é a única. Existem outras formas de relação, bem mais sutis, e pouco exploradas na literatura. Referem-se especificamente ao uso que uma certa "esquerda" pode fazer desta aproximação entre psicologia e ditadura para construir um discurso altamente desqualificador de toda psicologia, firmando-se como única alternativa na construção de uma psicologia "comprometida com o social".

Assim, em vez de fazermos mais uma discurso crítico sobre a vinculação da psicologia e de seus agentes a "governos fortes", nosso objetivo neste texto é apontar como as práticas e os saberes psicológicos foram altamente estigmatizados como parte de uma estratégia de legitimação de um determinado grupo político.

Ao ocupar o poder, este grupo reconstruiu a história da profissão no Brasil como aliada à ditadura, da qual só se afasta com a ascensão deste grupo. Vamos apresentar nossa análise, aqui, do caso brasileiro entre os anos de 1980 e a atualidade. Para isto, este texto versará inicialmente sobre a história do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia no Brasil; em se-

1- No Brasil, os professores das universidades públicas considerados "não confiáveis" foram afastados de suas funções pela aposentadoria compulsória.
2- Em belíssimo texto da época, Gilberto Velho se refere às duas "categorias de acusação da sociedade brasileira contemporânea", o drogado e o subversivo, interpretados como frutos da "família desestruturada" quando não havia espaço público para o jovem.

guida, apresentaremos as formulações que vinculam claramente tais Conselhos à ditadura militar – como o diploma de psicólogo concedido a Médici e discursos sobre a prática dos psicólogos vinculada à ditadura ou, mais específicamente, à tortura.

"Com essa esquerda, quem precisa de direita?"

Na esteira da democratização das instituições após os anos de ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a proposta de eleições diretas se tornou – ingenuamente, talvez, em análise retrospectiva – o apanágio da democracia. Em decorrência deste clima favorável às propostas de democratização, surgiram ideias e propostas para mudanças no modo como os Conselhos de Psicologia estavam organizados. Segundo a Lei 5.766 de 1971, deveria haver uma Assembleia de Delegados Regionais, composta por dois delegados de cada Conselho Regional de Psicologia, escolhidos para esses fim, que indicariam, entre si, os nove membros efetivos e nove suplentes que seriam, então, os membros do Conselho Federal (CFP). Enquanto isso, os Conselheiros Regionais seriam eleitos diretamente em escrutínio secreto.

Apesar de haver eleição direta para os Conselhos Regionais, o entendimento de parte do grupo que iria disputar os espaços institucionais naquele momento (1988), era que a Psicologia era elitista, restrita, e colada aos setores dominantes de nossa sociedade. E que, após as greves operárias no final dos anos 70 - capitaneadas por Lula, que viria a ser Presidente do Brasil -, ensejava-se um novo período para os psicólogos. Junto a estas ideias, surgiu uma proposta de governança em que Congressos Regionais e Nacional, compostos por delegados psicólogos, escolheriam o rumo político que essas instituições deveriam seguir, bem como fariam a construção de um dispositivo de controle interno de suas ações.

A governança, aprovada, seria a Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), que foi implementada. Havia também a proposta de alteração da lei federal citada, modificando o status de Conselho Federal para Conselho Nacional e também, a construção de um Conselho Regional por Estado, visando descentralização administrativa e participação política da categoria.

Após um período de transição, que culminou na eleição direta para o CFP - por um consenso interno, visto a lei não ter sido aprovada -, é possível notar alguns problemas resultantes da proposta acima. Alguns de seus itens não seguiram adiante: nem a modificação para Conselho Nacional de Psicologia, nem a proposição de um Conselho Regional por Estado, nem a utilização democrática dos recursos financeiros. Além disso, o modelo propiciou que um grupo político assumisse a direção do CFP, influenciasse nas eleições Regionais e, ao consolidar a hegemonia, controlasse as instâncias – que deveriam ser autônomas - de controle político e administrativo dos Conselhos. Este grupo, que se autodenomina "posição política", tem o propósito explícito de controlar o campo da psicologia no país, pelo domínio sobre as demais instituições da Psicologia. A boa efetivação de suas propostas de ação permitiu que, eleitos pela primeira vez em 1998, tivessem o controle do CFP - e de muitos CRPs - durante quase vinte anos.

Como já apontou Hirschman (1997), os progressistas também podem se utilizar da retórica reacionária para fabricar seus argumentos. Utilizando a retórica do risco e advogando a "história a seu lado", o grupo citado manteve seu projeto fechando as portas às práticas e saberes da psicologia que pudessem levá-los a "perder o que ganharam". Tal como Hirschman mostrou, o que se pode perder, torna-se mais precioso do que se ganha.

Para isso fizeram uso de estratégias com vocação totalitária. Parafraseando Raymundo Lima (2007) utilizaram uma razão instrumental cínica, nunca ingênua. Seguindo a referência de Zizek (2005), é possível notar na escolha do "nome do partido", a luta ideológica e politica pela hegemonia, apropriando-se de termos que são espontaneamente vivenciados como apolíticos. Neste caso, trata-se da autodenominação "Cuidar da Profissão". Como ser contra este cuidado, esta referência aos problemas, dificuldades que a profissão enfrenta? Como diz Zizek: "A luta pela hegemonia ideológica e política é sempre a luta pela apropriação dos termos que são espontaneamente vivenciados como apolíticos…" (Zizek, 2005, p. 14).

Mas para funcionar como hegemônico, um discurso particular de um grupo deve, em sua costura dos pontos nodais, *"incorporar pelo menos dois conteúdos particulares: o conteúdo popular autêntico e sua distorção pelas relações de dominação e exploração"* (Zizek, 2005, p.12).

Isto nos leva ao outro slogan deste "partido", posição: compromisso social. Com uma retórica agressi-

va, e apostando no carisma de seus líderes, este slogan garante a simpatia de seus militantes – e espera atrair incautos –, utilizando-se de uma proposta oriunda dos fortes debates do início dos anos de 1980 sobre o que era a identidade do psicólogo. Assume a questão do "lutar contra a desigualdade social" como sua, cria o slogan, e busca ocupar todos os espaços institucionais com seus militantes, prometendo "distribuir os privilégios do narcisismo a todos aqueles que estão unidos pelo mesmo laço" (Melman, 2000, p. 189).

Dessa estratégia, muitas vezes se valem de meias-verdades, de interpretação equivocada de fatos, visando, mais que prejudicar seus adversários e desafetos, criar um imaginário entre os psicólogos de que, antes do surgimento desta "posição política", toda a psicologia, seus saberes e práticas, estavam vinculados a uma perspectiva de "direita política", com forte contribuição à ditadura. Somente com esta nova "posição", os saberes e práticas psicológicos reconhecem seu erro anterior e se dirigem - de forma mágica - ao "compromisso social".

Vamos analisar algumas estratégias utilizadas.

O diploma a Médici

Emilio Garrastazu Médici (1905-1985), militar que chegou ao cargo de general, foi, nesta condição, indicado pelas Forças Armadas para ser o 28º Presidente do Brasil. É importante lembrar, neste contexto, que a ditadura civil- militar brasileira teve, entre suas características específicas, manter o ritual democrático de eleição presidencial a cada quatro anos. Entretanto, não seria eleição direta, mas pelo Congresso Nacional. E o candidato - somente um - era um general escolhido pelas Forças Armadas[3]. Com o Congresso Nacional expurgado de seus elementos "perigosos", foi possível a eleição de Médici, indicado pelas Forças Armadas[3].

Exerceu o cargo de presidente do Brasil entre 1969-1974, sendo considerado o Presidente da Ditadura militar em sua fase mais autoritária e brutal. Em seu período governamental, ocorreu controle total das atividades políticas, artísticas e culturais, com pouca autorização para manifestações de opinião contrárias ao sistema. Foi o período em que houve um uso sistemático não só da censura como também da tortura, desaparecimento e assassinato dos opositores ao regime, o que possibilitou que sua estada na presidência fosse conhecida popularmente como "anos de chumbo".

O fato de adotar teoricamente o marxismo, em sua versão stalinista, e Vigotsky como seu representante na Psicologia, levou a que o Cuidar da Profissão se compreendesse como interessado em História e, mais que isto, capaz de construir uma narrativa historiográfica. Sem atentar para a questão metodológica de que história se faz com fontes, -sejam documentos escritos, imagens, entrevistas formais ou não-, construíram uma história da psicologia durante a ditadura sem os cuidados básicos do historiador.

Assim, Silva (2005) cita equivocadamente a Associação Brasileira de Psicólogos como responsável pelo encaminhamento do projeto de regulamentação da profissão e dos cursos - quem o fez foi a Associação Brasileira de Psicotécnica - e, para demonstrar o quanto a profissão já nasceu "atrelada ao Estado", aponta que o envio ao Congresso Nacional foi feito pelo Ministério da Educação. Isto ocorre em um texto em que esquece - intencionalmente? - os processos tipicamente brasileiros de regulamentação de profissões, que implicam o parecer do referido Ministério para envio ao Congresso.

No mesmo texto, Silva nos apresenta sua análise do motivo pelo qual a legislação de criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia foi aprovada. Esquecendo-se das relações de amizade e parentesco que norteiam a política brasileira, enfatiza o fato de que uma psicóloga, parente de Filinto Müller, personagem conhecido por sua posição política de direita e com influência naquele começo dos anos de 1970, havia solicitado este "favor" ao tio. A Lei 5.766 é de 1971 e Muller faleceu em um desastre de avião em 1973.

Sem atentar para esta discrepância de datas, a interpretação de Silva é que o "Congresso Nacional, para homenagear o recém-falecido senador, aprova o projeto sem muita discussão. Assim, a criação de nosso conselho é uma homenagem daquele Congresso Nacional da ARENA, o maior partido político do ocidente, todo controlado pelos militares" (Silva, 2005, p. 26).

Finalmente, ainda no texto citado, Silva afirma que o Conselho Federal de Psicologia, "Em 1974, concede o

3- O primeiro presidente da ditadura militar foi Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), seguido por Arthur Costa e Silva (1967-1969), depois uma junta militar por conta de doença deste último e que ficou dois meses no poder, depois Médici. Em seguida, foram presidentes Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). No ano final do mandato deste, houve eleição indireta (ou seja, pelo Congresso Nacional) para Presidente. Tancredo Neves foi eleito, mas morreu antes de assumir o mandato. Sarney assumiu em seu lugar, para o período de 1985 - 1990, quando recomeçaram as eleições diretas.

título de psicólogo honorário a Emílio Garrastazu Médici. O mais brutal dos torturadores da ditadura militar ganhou, de presente dos psicólogos, a condição de psicólogo honorário porque era o ditador de plantão que assinou e promulgou a lei apresentada por Filinto Muller" (Silva, 2005, p. 26). Esta informação constava até bem recentemente na página web do movimento Cuidar da Profissão, mas hoje não é mais encontrada.

Parece que, embora nos idos de 2005, Silva já estivesse quase uma década como membro do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, não houve possibilidade de pesquisar nos arquivos do Conselho. Isto, a nova gestão, de oposição a este grupo que ocupou por 17 anos o Conselho Federal, fez rapidamente.

Assim, atas de 1979 (e não de 1974) falam sobre Médici e os ex-ministros Jarbas Passarinho e Júlio Barata, tendo havido uma

> Sessão solene para a homenagem às autoridades que receberão o título de membros honorários do CFP. (…) a mesma tinha por finalidade prestar homenagem ao Ex-Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, e aos Ex-Ministros JARBAS GONÇALVES PASSARINHO e JÚLIO BARATA, os quais assinaram a Lei 5766 que criou os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Comunicou que o CFP recebeu telegrama do Ex-Presidente MÉDICI informando que não poderia comparecer ao ato por motivo de saúde. Assim sendo, o Plenário do CFP decidira que o PRESIDENTE e o TESOUREIRO fariam a entrega pessoal do título na residência do homenageado. A seguir, o PRESIDENTE SALDANHA leu e entregou o Diploma ao Senador JARBAS PASSARINHO e, em seguida, ao Ex-Ministro JÚLIO BARATA. (Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 30 de agosto de 1979).

Em várias atas, termos diferentes são utilizados para o que é outorgado aos três homenageados. A de 28 de julho de 1979, bem como a de 29 de julho de 1979 referem-se ao título de "Honra ao Mérito". Por outro lado, em seguida à entrega do título aos presentes na reunião de 30 de agosto de 1979, a saudação do conselheiro Antonio Rodrigues indica:

> Lembrando que a atuação destes homens públicos os jogou dentro da história nessa classe que pela sua arte passaram a integrar o corpo dos 20.000 psicólogos, do qual são convidados a participar em termos afetivos e emocionais, integrando os elementos da Psicologia do Brasil, aos quais deram a sua Lei, obra de arte e liberdade de uma classe. (Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 30 de agosto de 1979).

Assim, vemos que neste ponto Silva deu informações relativamente corretas. Entretanto, não aponta um outro título, dado também a um Presidente da ditadura militar. Assim, uma ata de 1977 diz que:

> Título de psicólogo honorário - O Sr. Presidente lembrou a seus Pares que, em reunião anterior, foi aprovada a concessão do título de Conselheiro honorário do CFP ao Sr. Ministro do Trabalho, ARNALDO PRIETO, interrogando sobre várias maneiras e datas para essa solenidade. Vários conselheiros pronunciaram-se. tendo sido lembrada a necessidade de (...). Depois de amplamente debatido o assunto pelo Plenário, ficou decidido fazer uma consulta ao Consultor Jurídico sobre a viabilidade de tal procedimento por parte do CFP. (Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 15 de maio de 1977).

A ata de junho de 1977, em seu item 6, trata da proposta de homenagem ao "Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto - ficou decidido conceder um diploma, em forma de pergaminho, em homenagem e agradecimento pela regulamentação da Lei 5.766" (Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia em 30 de junho de 1977). O presidente era, então, o psicólogo Ayres Saldanha.

Finalmente, na ata de agosto de 1977, consta que: "Foram apresentados ao Plenário, pelo Conselheiro Rodrigues, os pergaminhos que serão entregues aos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro do Trabalho" (Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 12 de agosto de 1977).

Era presidente do Brasil em 1977 o general Ernesto Geisel (ver nota 3), que havia proposto a "distensão", o primeiro sinal da ditadura de que os próprios militares viam o governo Médici como tendo ultrapassado os limites, por eles aceitos, do aval à repressão. Ou seja, apesar da incoerência presente nas atas, não há menção a Médici, o grande fantasma da ditadura. E não se trata de "título honorário de psicólogo", mas de "conselheiro honorário".

Por outro lado, a única cópia de diploma que se obteve, existente no Conselho Regional de Psicologia da Bahia, é a em homenagem a Arnaldo Prieto, então Ministro do Trabalho. Apesar de todos os esforços, ainda não se localizou nenhuma cópia de diploma concedido a Geisel, embora conste em ata um ofício do Ministro do Trabalho "agradecendo a homenagem prestada pelo CFP ao Senhor Presidente da República e ao Titular da Pasta do Trabalho" (Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 11 de novembro de 1977).

Se podemos concluir da forte vinculação daquela gestão (1977-1979) com os governos militares – visto as homenagens prestadas a Geisel e a Médici –, não podemos considerar que esta relação se estendia ao conjunto dos psicólogos. Este é um outro ponto.

O psicólogo, agente da ordem

Entendemos que uma referência não explicitada na análise anterior é a Foucault e sua análise dos "saberes psi" como continuidade da perspectiva moral presente nas filosofias gregas que foram fundamentais para o desenvolvimento do cristianismo. A vinculação da moral com determinado status hegemônico em dada sociedade é aceita tacitamente pelas mais diferentes abordagens psicossociais hoje em dia. Muitas das teorias da área de Ciências Humanas e Sociais têm este caráter. No caso da Psicologia, isto é óbvio quando muitas de suas teorias enfatizam a "adaptação ao meio", dentro da perspectiva funcionalista que norteia boa parte deste campo.

Criou-se, foucaultianamente, a expressão "agentes da ordem", como síntese da ideia de que a ciência e a profissão se constituíram - e continuam se constituindo - como saberes e práticas a serviço da ideologia de um grupo, colaborando no domínio deste grupo sobre os demais grupos sociais.

Não questionamos esta interpretação. Afinal, o psicólogo dos anos 1960-1980 era oriundo das camadas altas ou médias da população e partilhava, tal como seus colegas dessas camadas, de uma posição de elite sob o prisma da qual analisava os componentes dos demais setores da sociedade. O que consideramos equivocado é a compreensão de que este "olhar de classe" fosse um olhar estritamente do psicólogo.

Até onde nossa pesquisa pode obter dados, há um único texto que vincula os psicólogos, enquanto agentes empíricos - e não na perspectiva de atuação moral -, ao regime militar. É de Coimbra, cuja tese de doutorado foi publicada sob a forma de livro (Coimbra, 1995), e em que considera todas as abordagens psicológicas ali analisadas como propiciando "gerentes da ordem", condição da qual somente escapa a análise institucional. É um interessante viés - em um livro considerado referência em termos de "historiografia crítica" - no qual todas as abordagens que não a minha apresentam deficiências.

Por outro lado, Coimbra publicou, ao longo dos anos, artigos ou capítulos de livros referentes à colaboração dos psicólogos com o regime militar. Neste sentido, denuncia:

> Isto foi feito, por exemplo, em uma pesquisa realizada por psicólogos que trabalhavam no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro, em 1970, a qual utilizou uma série de testes psicológicos em presos políticos. Alguns outros profissionais "psi" forneceram laudos psiquiátricos a militantes presos, no período de 1964 a 1978, também patologizando-os. Tanto na pesquisa acima mencionada, denominada de "perfil psicológico do terrorista brasileiro", como nos laudos fornecidos, temos "belíssimos" exemplos de como foram rotulados, marginalizados e excluídos aqueles que resistiam a um regime de força, e muitos que, ainda hoje, são classificados como "perigosos. Muitos profissionais como psicólogos, psiquiatras, médicos legistas, advogados, dentre outros, respaldaram, e ainda hoje continuam respaldando, com seus saberes/práticas, os terrorismos de Estado em diferentes países, assessorando/produzindo/fortalecendo ações de exclusão e violência (Coimbra, 2001, p. 13).

Este mesmo texto (ou pelo menos seu sentido) foi replicado em outros textos, como por exemplo "A ditadura militar brasileira (1964-1985) e a profissão da Psicologia", publicado em cartilha do Conselho Federal de Psicologia (sem data, mas provavelmente de 2008, pelas referências internas). Um dado interessante neste novo texto é que ele mantém a dicotomia presente no acima citado: quando está falando de atuação de psicólogos, a autora cita explicitamente psicólogos. Quando está falando de médicos, sejam eles psiquiatras ou psicanalistas, é usada a forma "profissionais psi". Neste texto, em específico, esta formulação permite (intencionalmente?) a compreensão de que são todos psicólogos, visto o título fazer referência à "profissão da Psicologia".

Isto, entretanto, não é verdadeiro. Laudos psiquiátricos e médico-legais foram fornecidos por médicos. Houve um médico, candidato a psicanalista, Amilcar Lobo, que comprovadamente atuou em torturas. Não há, todavia, registro de psicólogos envolvidos nestas atividades.

Muito pelo contrário. O que esta visão enviesada deixou de lado foi o grande número de psicólogos, professores e estudantes de psicologia que foram perseguidos, torturados, desaparecidos e assassinados pela ditadura militar. Coimbra é uma destas pessoas, e há relatos pessoais seus a este respeito (ver, por exemplo, Coimbra, 1990). Estes, entretanto, não foram usados na argumentação apresentada.

Considerações finais

Utilizamos aqui dois exemplos – o "diploma" concedido a presidentes militares e a acusação de psicólogos estarem envolvidos com a ditadura militar, em processos de exame e tortura. Eles nos parecem demonstração do que argumentamos no início de nosso texto: uma determinada organização política construindo um imaginário na categoria dos psicólogos de conivência – e consequente culpa - pela vinculação com a ditadura militar.

A forma de escapar deste "trágico destino" é seguir a orientação daquela organização, que encaminhará a categoria, e cada psicólogo em particular, na direção da "reta atuação profissional", assumindo o "compromisso" de aliança com os setores mais pobres da população. Teremos, assim, uma "psicologia brasileira" que, por sua aliança com grupos organizados de outros países, contribuirá para uma psicologia "latino-americana".

Nossa pergunta refere-se à consistência do "compromisso social": É possível comprometer teorica e metodológicamente, bem como constituir um exercício profissional vinculado às necessidades da população, a partir de estratégias de dominação e criação do real?

Referencias

• Brasil. LEI nº 5.766 de 20-12-1971 *Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Brasília.*

• Coimbra, C. R. (2008?). *A ditadura militar brasileira (1964-1985) e a profissão da Psicologia. Disponível em http://www.crprj.org.br/publicacoes/cartilhas/democratizacao-sistemaconselhos.pdf, acesso em 13 de setembro de 2015.*

• Coimbra, C. R. (2001). *Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. Psicologia em Estudo, 6 (2): 11-19.*

• Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiães da Ordem. Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre. Rio de Janeiro, Oficina do Autor*

• Conselho Federal de Psicologia (1977a). *Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia de 15 de maio de 1977. Brasília.*

• Conselho Federal de Psicologia (1977b). *Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia em 30 de junho de 1977. Brasília.*

• Conselho Federal de Psicologia (1977c). *Ata da Sessão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 12 de agosto de 1977. Brasília.*

• Garavito, M. A. (2007) – *Violencia política e inhibición social.: estudio psicosocial de la realidad guatemalteca —Guatemala: FLACSO.*

• Gaspari, E. (2003). *A Ditadura (Coleção, 4 volumes). São Paulo: Intrínseca.*

• Hischman, A.O. (1997) *O Pensamento Conservador: perversidade, futilidade e risco. Portugal, Difel.*

• Lima, R. (2007) *As "Chavez" do protofascismo. Maringá. Revista Espaço acadêmico, ano VII, 79, Dez - disponível em http://www.espacoacademico.com.br/079/79lima.htm#_ftnref1 Acessado em 20.09.2015*

• Melmam, C. (2000) *Clínica Psicanalítica: artigos e conferências. Salvador, BA: EdUFBA*

• Rose, N. (1998). *Inventing Our Selves: Psychology, Power and Personhood. Cambridge: Cambridge University Press.*

• Silva, M. V. (2005). *A produção da identidade profissional no diálogo com o Estado. Em: III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Relatório Identidade Profissional e Políticas Públicas: o diálogo corporativo com o Estado. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Pp. 12-30*

• Vallina, C. (2008) *(Org). Crítica del testimonio. Rosario: Beatriz Viterbo Ed*

V • elho, G. Duas categorías de acusação na sociedade brasileira contemporânea. *Em: Velho, G. Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.*

• Zizek, S. (2005). *Multiculturalismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. Em: Christian Dunker e José Luiz Aidar Prado (Orgs.) Zizek Critico: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hackers Editores*

Recibido en: 30/10/2015
Aceptado en: 31/10/2015